

FORMAÇÃO SUPERIOR PRAGMÁTICA, IMEDIATISTA E INTERESSADA, NA MODALIDADE DE EAD E A CUSTO BAIXO: NOVO FILÃO DO MERCADO EDUCACIONAL BRASILEIRO

José dos Santos Souza
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
jsantos@ufrj.br

INTRODUÇÃO

A mais recente reestruturação produtiva e reforma do Estado consistem na materialidade da recomposição burguesa frente à crise orgânica do capital, cujo contexto é marcado pela redefinição da relação entre o Estado e a sociedade, o desemprego estrutural e a intensificação da precariedade do trabalho e da vida em sociedade (SOUZA, 2020). Nesse contexto, desencadeiam-se mudanças na política pública de formação humana, que se caracterizam pelo enxugamento e flexibilização do trabalho educativo para formar trabalhadores e trabalhadoras de novo tipo, dentro dessa perspectiva, atendendo a indústria 4.0 e o gerencialismo da nova gestão pública de cunho neoliberal.

Os cursos superiores de tecnologia (CST) são originários dessas mudanças. Neste trabalho, buscamos sistematizar parte dos resultados de um projeto de pesquisa mais amplo, cujo objeto de análise são as tendências existentes na origem e no desenvolvimento das políticas de formação de tecnólogos no Brasil, que deram origem aos atuais CST. O objetivo deste texto é explicitar determinada tendência do processo de desenvolvimento dos CST no Brasil, tomando como referência empírica uma campanha de *marketing* de uma *holding* do mercado educacional brasileiro, que implantou o “Cupom Juliette”, em referência a uma celebridade que venceu um *reality show* de grande audiência no Brasil em 2021. A partir de uma análise pautada no materialismo histórico e dialético, este trabalho se ampara em dados coletados em fontes bibliográficas e iconográficas primárias, confrontadas com dados do Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em busca de uma compreensão objetiva acerca do significado sócio-histórico dessa iniciativa, de modo a nos permitir uma melhor apreensão dela, como a materialidade de determinada tendência no processo de implantação e desenvolvimento dos CST no Brasil.

DESENVOLVIMENTO

A análise parte da hipótese de que a campanha de *marketing* “Cupom Juliette”, da *holding* Estácio, é a materialidade de uma iniciativa de exploração desenfreada do mais recente filão do mercado educacional, focado majoritariamente em trabalhadores e trabalhadoras jovens de baixa renda, moradores de periferias urbanas, desempregados ou em condições precárias de contratação, mobilizados pelas ideologias da empregabilidade, empreendedorismo e sustentabilidade (EDUCA+BRASIL, 2021; ESTÁCIO, 2021). Nossa hipótese emerge da estreita relação entre estratégias do bloco no poder de combate ao desemprego estrutural nas últimas décadas e as contrarreformas na política de educação profissional e tecnológica do país. Essa relação é bem mais explicativa da implantação e desenvolvimento dos CST no Brasil do que o discurso recorrente de empresários e governantes de que esse grau acadêmico visa ofertar formação mais focada nas variações do mercado e mais especializada, em atendimento às demandas dos trabalhadores.

Nessa perspectiva, para além de formar tecnólogos, é possível que os CST exerçam papel importante na conformação de trabalhadores e trabalhadoras para encarar com naturalidade a instabilidade e a vulnerabilidade do mercado de trabalho em uma sociedade sem empregos (SOUZA, 2018, 2020).

RESULTADOS/CONCLUSÃO

As tendências do processo de implantação e desenvolvimento dos CST são determinadas, por um lado, pelo interesse empresarial por formação de nível superior mais enxuta, mais flexível e mais permeável às variações do mundo da produção, de modo a formar um novo tipo de trabalhador especializado que transite entre o perfil do cientista e o perfil do técnico operacional, em um nível intermediário, embora mais bem preparado para atender de forma imediata às demandas da empresa. Por outro lado, esses cursos, em ampla quantidade, estão longe de formar qualificadamente este tipo de profissional intermediário, mas funcionam como uma espécie de formação ideológica para um determinado segmento da classe trabalhadora, ávido em obter a certificação de nível superior necessária para adquirir um emprego, ou mesmo se manter empregado, desembolsando poucos recursos e empreendendo menos tempo e esforços, tendo no “Cupom Juliette” mais uma

alternativa de adquirir um serviço de formação superior de tempo reduzido, em uma modalidade não presencial a custo baixo.

Essa tendência se explica pelo fato de o desenvolvimento dos CST ter se dado majoritariamente por meio de instituições de ensino superior (IES) privadas, referenciadas pelo pragmatismo da pedagogia das competências e nas ideologias da empregabilidade, do empreendedorismo e da sustentabilidade, tudo isso articulado com princípios de flexibilidade e de produção enxuta da indústria 4.0.

É perceptível o crescimento vertiginoso da oferta de CST por meio da modalidade de educação a distância (EaD) ou de suas variações, como o ensino semipresencial, o ensino híbrido, entre outras. Essa tendência se explica pela possibilidade de as IES privadas baratarem significativamente o valor das mensalidades e, assim, atraírem um público cada vez mais numeroso de estudantes que combinam três atributos: 1) pouca disponibilidade de recursos para investir em formação; 2) pouco tempo disponível para dedicar-se aos estudos; 3) premente necessidade de ingresso e/ou permanência no mercado de trabalho. Indubitavelmente, a combinação desses três atributos confere qualidade duvidosa à formação que esses jovens trabalhadores ou suas famílias podem financiar.

Esse investimento pessoal em formação – agora visto como investimento do trabalhador para agregar valor a sua força de trabalho a título de empregabilidade – pode se dar por conta própria ou por meio de financiamentos de agentes financeiros privados – que pode ser, inclusive, a própria *holding* do mercado educacional que oferece o curso – ou agentes públicos, como é o caso do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) ou do Programa Universidade para Todos (PROUNI) (BRASIL, 2017, 2021). Tal combinação reforça ainda mais as afinidades dessa experiência formativa com a lógica mercantil e com a perspectiva pragmática, imediatista e interessada de formação humana, instituindo-se em uma espécie de formação superior enxuta e flexível, direcionada para formar e/ou conformar a população desempregada. Afinal, para além de formar tecnólogos, a maior parte desses cursos tem cumprido papel importante na conformação ética e moral de parcela significativa da força de trabalho, de modo a educá-la para enfrentar com naturalidade as instabilidades e vulnerabilidades do mercado de trabalho. Um papel que, a propósito, tem função estratégica na mediação do conflito de classes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017**. Conversão da Medida Provisória nº 785, de 2017 [...]. Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13530.htm. Acesso em: 16 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Universidade para Todos (PROUNI)**. Brasília, DF, [2021]. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/>. Acesso em: 16 ago. 2021.

EDUCA+BRASIL. **Estácio e Juliette dão início à nova campanha para promoção da educação**. Personalidade reforça a assinatura da campanha “Faça seu Brilho” da Estácio. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/estacio/noticias/estacio-e-juliette-dao-inicio-a-nova-campanha-para-promocao-da-educacao>. Acesso em: 16 ago. 2021.

ESTÁCIO. **Regulamento Campanha – Campanha Cupom Juliette**. Pós 2021.3, modalidade 100% digital EaD. Rio de Janeiro, 15 jul. 2021. Disponível em: <https://portal.estacio.br/media/4685472/regulamento-cupom-juliette-p%C3%B3s-213-ead.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2021.

SOUZA, José dos Santos. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: a materialidade do conflito entre capital e trabalho na concepção e na política de formação humana. *In*: SOUZA, José Vieira de; BOTELHO, Arlete de Freitas; GRIBOSKI, Claudia Maffini (org.). **Organização institucional e acadêmica: na expansão da educação superior**. Anápolis: EdUEG, 2018. v. 1, p. 135-150.

SOUZA, José dos Santos. Cursos Superiores de Tecnologia: a materialidade da formação enxuta e flexível para o precariado no Brasil. **Trabalho Necessário**, v. 18, p. 320-342, 2020.